

A (in) disciplina em sala de aula - o papel do professor

Cleonice Maria Torrens do Amaral

Departamento de Teoria e Prática da Educação, Universidade Estadual de Maringá, Av. Colombo, 5790, 87020-900, Maringá-Paraná, Brazil.

RESUMO. O presente artigo é resultado de uma pesquisa e pretende colaborar com a discussão sobre as mais prováveis causas da indisciplina em sala de aula. Este artigo aborda principalmente a postura do professor, seu comportamento e sua competência profissional, que podem contribuir para as atitudes indesejáveis que permeiam a relação professor-aluno, prejudicando a construção de uma real aprendizagem. As questões apresentadas levam, inclusive, às reflexões sobre os cursos de formação de professores para as séries iniciais do ensino fundamental.

Palavras-chave: aprendizagem, conflitos, indisciplina.

ABSTRACT. (In)discipline in classroom - the teacher's role. The present article is the result of a research whose aim is to collaborate with the discussion on the probable factors of the indiscipline in classroom, especially the impact of the teacher's behavior and professional competence on the learner's undesirable attitudes to the detriment of the learning process. The issues here discussed lead to a more serious reflection on teacher training courses for the initial grades of the elementary school.

Key words: conflicts, indiscipline, learning.

A presente análise de pesquisa¹ tem como objetivo central evidenciar uma série de fatores referentes à postura dos docentes e discentes em sala de aula e tentar verificar até que ponto as ações do professor contribuem para o surgimento de problemas disciplinares por parte dos alunos.

Os dados foram coletados por meio de questionários respondidos por 22 professores e 136 alunos de terceira e quarta séries do ensino fundamental. Esses dados trazem à luz alguns aspectos que merecem análise mais detalhada, como a auto-imagem do docente, a diferença entre os interesses dos alunos e o que o professor determina, etc.

Essa reflexão terá como suporte teórico os vínculos que vão se estabelecendo entre os professores e os alunos na construção do dia-a-dia escolar, partindo também do pressuposto de que essa relação, mediada pelos objetivos, conteúdos e autoridade, traz consigo conflitos e acertos que correspondem a uma imagem pré estabelecida no

imaginário - tanto de professor como de aluno - durante os anos de formação profissional.

Percebe-se, na convivência com esses dois personagens, que ambos estão envoltos por uma atmosfera escolar que vai se tornando cada vez mais indefinida e que, na verdade, nenhum dos dois sabe ao certo o papel que lhe cabe no cenário da sala de aula nos dias atuais.

Descrever e analisar conflitos inter-humanos, em especial os que existem entre docentes e discentes, só terá valor se essas preocupações vierem emolduradas pela vivência concreta e real da prática escolar cotidiana, pois esta se configura em um embate político por excelência entre o social e o individual. Talvez deva ser considerado também que tanto o professor quanto os alunos não se escolheram mutuamente; pelo contrário, essa escolha se deu por circunstâncias administrativas, o que acaba por obrigá-los a conviverem em um ambiente onde as diferenças pessoais, culturais e sociais se enfrentam constantemente, quer objetivamente, quer subjetivamente.

Posto isso, tentar-se-á refletir sobre o significado evidenciado pelos dados numéricos conseguidos em pesquisa realizada com auxílio de um suporte histórico-crítico, ou seja, tentaremos "vê-los" dentro

¹ Trata-se de uma pesquisa de campo realizada em quatro escolas do ensino fundamental da rede estadual de Maringá, Paraná.

do processo de construção, de transformação no *movimento da realidade* (Saviani, 1994), que ora se apresenta. Isto porque, da mesma forma que o processo histórico, a prática pedagógica implica mudanças de conceitos e atividades que sustentam essa relação, para ordená-los com as características vivenciais de momento. Parece residir, nesse caso, a maior dificuldade enfrentada pela escola e por todos os que nela atuam.

Assim sendo, para refletir sobre o que acontece no cotidiano das relações professor/aluno, nas formas como os problemas, os conflitos são encaminhados em sala de aula, surge a necessidade, em nosso entendimento, de lançar-se também um olhar sobre os cursos freqüentados pelos professores atuantes. Nosso ponto de partida, portanto, foi constatar primeiramente o tipo de formação profissional que nosso principal interlocutor possui, pois esta evidenciaria os conceitos/preconceitos subjacentes às posições demonstradas estatisticamente.

Foi demonstrado que a formação profissional da maioria dos docentes envolvidos na presente pesquisa (59,0%) é o curso de Pedagogia, isto é, a formação considerada ideal para quem pretende se dedicar ao trabalho com crianças das séries iniciais do ensino fundamental. Supõe-se que, detentores dos princípios didáticos, psicológicos, filosóficos, metodológicos e após tê-los vivenciado (um pouco pelo menos), através dos estágios supervisionados e nas discussões e análises sobre o desenvolvimento do trabalho docente em sala de aula, tenham o suporte necessário para fazer frente aos conflitos que emergem na relação professor-aluno.

No entanto, a pesquisa revelou que muitos aspectos na formação do futuro docente merecem séria reflexão, uma vez que o ponto gerador de conflitos escolares parece estar também nos conceitos subjacentes, demonstrados continuamente através dos conteúdos e das atividades desenvolvidas à exaustão, no dia-a-dia, e que, em nada, contribuem para a dignidade intelectual tanto do aluno quanto do professor.

Não se concretizou ainda uma real discussão sobre o imbróglio que envolve a ação entre docente e discentes, pois esta permanece repleta de velhos “ranços” teóricos ou, como diz Ginsburg (*Apud* Nóvoa, 1995:27),

A retórica atual sobre o profissionalismo e a autonomia dos professores são muitas vezes desmentidas pela realidade e os professores têm sua vida cotidiana cada vez mais controlada e sujeita a lógicas administrativas e a regulações burocráticas.

O que se pretendeu ressaltar até aqui é que, apesar de uma formação acadêmica pertinente, na realidade de uma sala de aula (e no âmbito escolar em geral), o professor depara-se com obstáculos e dificuldades que jogam por terra, a maioria dos conceitos e situações (das mais diversas naturezas) mal aprendidas durante a formação profissional. Na sala de aula, com o fazer cotidiano, sua mente é invadida por dúvidas, incertezas e ambigüidades que o tornam um personagem bastante diferente daquele pretendido durante o curso freqüentado. Depois de formado, o jovem profissional encontra-se sozinho em um cenário praticamente desconhecido e que não esteve presente durante sua formação.

Pode-se dizer que o contato diário com os alunos e a organização escolar vai interferindo e alterando o ideário no qual a forma de interação que vai sendo estabelecida com as crianças parece cada vez mais vulnerável, dando origem a um pacto tácito, em que cada um apenas representa o seu papel estereotipado. Rego (1998:52), a esse respeito, afirma que:

Conhecer melhor a realidade dos educadores significa também, no nosso entender, compreender seus pensamentos, suas crenças, hipóteses, concepções e princípios explicativos... que quando revelados podem oferecer interessantes perspectivas para pesquisas.

As palavras da autora parecem confirmar a urgente necessidade de os cursos de formação de docentes articularem-se mais e melhor com a realidade vivenciada pelos profissionais atuantes nas escolas. Deve-se deixar o discurso essencialmente teórico, dogmático para apresentar e discutir alternativas com aplicabilidade concreta junto à clientela. Segundo Perrenoud (1993:99),

*na falta de uma transformação das estruturas e das dependências, muito longe de ser um *deus ex machina*², a formação de professores continuará a ser mais uma ‘correia de transmissão’ das opções do sistema do que um centro de inovação.*

Uma outra questão que mereceu nossa atenção foi a auto-imagem do professor. A pesquisa revelou que esta é bastante positiva. Dos pesquisados, 77,29% consideram-se bons professores pela *abnegação, dedicação, realização pessoal e responsabilidade demonstrada*.

É possível observar que as características prevaletentes são de cunho pessoal sendo que nenhuma se refere à competência técnica, de conhecimento e profissionalismo. São ainda os atributos “femininos” que, embora revistos, teoricamente resistem no imaginário docente.

² Expressão que significa *meio miraculoso* e que permitiria ultrapassar os limites e as contradições do sistema.

Nóvoa (1995: 23) alerta sobre isso, quando diz: “É preciso reconhecer as deficiências científicas e a pobreza conceitual dos programas de formação de professor”.

O autor (Ibid:25) ainda afirma que a formação deve estimular uma perspectiva crítica reflexiva que fornece aos futuros professores os meios de um pensamento autônomo e que facilita as dinâmicas de autoformação participada.

Essas citações deixam entrever, mais uma vez, que pode estar, nos cursos de formação, uma das formas de desenvolver, nos futuros profissionais, um pensamento mais reflexivo, crítico e autônomo, pois só este terá condições de construir uma prática pedagógica mais realista e pertinente ao tipo de clientela atendida, inclusive introduzindo a auto-avaliação no desempenho profissional dos professores.

Outro aspecto nesse sentido é o tipo de aluno que ainda povoa a mente do professor. Por aluno desejável, encontramos aquele que possui as características de ordeiro, obediente, crítico, inteligente, etc. - imagem apresentada por 59,9 % dos professores pesquisados. Trata-se, sem dúvida alguma, daquele aluno presente em antigos compêndios e que não mais corresponde à criança desta década. As crianças dos dias atuais são inquietas, inconstantes e invadidas pelas mais desconexas informações e vivências de uma sociedade extremamente dinâmica, o que evidentemente influencia o seu comportamento. Basta lembrar que nos anos 60 a crítica era sobre o excesso de disciplina e agora, nos anos 90, o que incomoda é a falta.

O número de três a seis alunos “difíceis” por turma, indicados pelos professores e que acabam por contagiar os demais, evidencia um conflito emocional (inconsciente talvez) que domina as crianças e que transparece nas agressões verbais e físicas³ direcionadas aos professores e aos próprios colegas. Despojar-se da imagem do aluno idealizado e saber encarar o aluno de “carne e osso” é fundamental, e esse aspecto deveria ser melhor trabalhado nos cursos de formação.

Administrar conflitos em sala de aula exige do professor um grau de conscientização que implica a capacidade e a habilidade de unir à apreensão momentânea do fato e/ou da situação uma

compreensão crítica da realidade e dos sujeitos nela envolvidos ou, como diz Freire (*Apud* Freitas, 1989:38), a conscientização é um compromisso histórico, é inserção crítica na (grifo nosso) história e implica em que os homens assumam o papel do sujeito que faz e refaz o mundo.

Com referência ao comportamento dos alunos em sala de aula, o que mais nos chamou atenção foi que 68,1% dos professores apresentaram o *desinteresse* e a *indisciplina* como dois obstáculos quase intransponíveis. Esses dados revelam um fato curioso, pois demonstram que o professor se tornou quase que um refém da falta de interesse e do comportamento dos alunos.

Pode ser observado igualmente que, para os docentes, os fatores causadores dos conflitos em sala de aula não são pertinentes ao seu desempenho e à sua conduta profissional. No entanto, os alunos (48,7%) apontam as aulas como “chatas”, detestando os gritos, as broncas e o nervosismo do professor, o que despertaria a “vontade de irritar” esse professor. Parece estar faltando, no ambiente da sala de aula, o espírito de comunidade, de objetivos comuns. Na verdade, a “vontade de irritar” dos alunos é uma tentativa de barrar a dominação sentida e que, na verdade, é exercida pelo professor.

A crítica dos professores, em razão do mau comportamento dos alunos, leva a refletir sobre o trabalho pedagógico, pois os alunos se mostram desinteressados (e por isso indisciplinados) apenas pelas atividades de sala de aula. Na pesquisa feita, verificou-se que 72,7% dos alunos gostam *de ir* para a escola, mas não gostam *de estar* em sala de aula. Nesse caso, seriam essas atividades que deveriam ser repensadas e reformuladas em sua forma, conteúdos e objetivos. Essa preocupação poderia ser o ponto de partida para uma nova postura dos discentes, que veriam, nas aulas, situações de desafio, de interesse, perdendo assim a “vontade de irritar” o professor com falas e ações.

Em relação à indisciplina, pode-se refletir sobre o conceito⁴ ainda vigente no imaginário dos docentes. Na concepção destes, continuam freqüentes os termos como conversas, brincadeiras, tumultos, gracinhas, falta de interesse, falta de atenção, etc. O interessante é perceber que, nessa conceituação, professor e aluno estão de acordo. Parece que ambos estão convencidos de que uma sala de aula não é lugar para esses comportamentos. E realmente não é.

No entanto, o professor não pode esperar que as crianças de hoje, diferentes, em vários aspectos,

³ No texto, não nos referimos àqueles comportamentos semipatológicos que reconhecemos existir, às vezes, em sala de aula. Para esses casos, recomendamos um trabalho com profissionais especializados, visto que a escola de ensino fundamental não é uma escola correccional e, portanto, não tem meios nem profissionais devidamente habilitados para casos extremados de conduta.

⁴ Sobre esse tema, sugerimos o artigo “Infância e modernidade: doenças do olhar”, em *Infância, escola e modernidade*, de Ghiraldelli.

daquelas de anos passados, satisfaçam-se com a continuada reiteração de atividades sensaboronas e não demonstrem seu tédio, sua insatisfação, através de comportamentos tidos como indesejáveis.

É sabido que, quando dois personagens envolvidos em um processo e/ou situação não conseguem se entender, começa a manifestar-se o espírito de resistência e de confronto de forças de ambos os lados, que indubitavelmente desembocará em conflitos entre as partes envolvidas. A falta de habilidade (talvez por não ter aprendido) em demonstrar ao aluno a necessidade e a utilidade do que está sendo exposto e a pouca e rara preocupação em organizar as atividades didáticas de forma mais articulada e dinâmica podem, certamente, explicar o desinteresse e a falta de atenção do aluno. Este só se interessa quando as atividades lhe propiciam satisfação e alegria, por estar compreendendo e conseguindo resolver as questões postas. Será que, ao planejar suas atividades, os professores se preocupam em levar em consideração interesses, habilidades e necessidades pertinentes à faixa etária e condição social de seus alunos?

Em aulas consideradas “chatas”, é evidente que conversar, brincar ou até mesmo brigar com os colegas é muito mais vivo, interessante e de acordo com a ebulição mental e física própria da idade em que os alunos se encontram.

Outra forma de “contornar” o desinteresse dos alunos seria lembrar sempre que a criança é investigadora. Ela gosta de sentir, manusear, descobrir, modificar e saber o porquê. Então, por que não utilizar ao máximo essa disposição? Essas características ainda se encontram nas crianças dos dias atuais, apesar de a conjuntura social ter-se modificado através dos tempos. Nos nossos dias, com a gama de interesses e necessidades diferenciadas da clientela escolar, ensinar pode ser considerada uma tarefa muito complexa e exigente, como afirma Perrenoud (1993:140):

A tarefa de ensinar encontra-se hoje globalmente alterada, trata-se de colocar o maior número possível de alunos em situações que permitam a quase todos aprender de modo eficaz. Não somente ler, escrever, cantar, mas também a tolerar, a respeitar, a coexistir, a raciocinar, a mudar, a cooperar e a agir.

Para conseguir isso, no entanto, é necessário que o professor reflita criticamente sobre seu papel em sala de aula e tenha a humildade de reconhecer e buscar aquele “algo” que porventura lhe esteja faltando junto a profissionais especializados e/ou à literatura existente sobre o problema enfrentado.

Evocar uma maior participação dos pais (comumente apresentada como necessária) na tarefa

de formação será legítimo, se a idéia for de um trabalho de parceria e de objetivos comuns, em que cada lado se comprometerá com suas tarefas e responsabilidades específicas. Pleitear a presença e a participação dos pais, com o intuito de “aliviar” a competência docente, não será por certo o caminho, até porque descaracterizaria a função do educador.

Outro aspecto interessante que a pesquisa demonstrou é o tipo de atividades pelas quais os professores demonstraram predileção, pois estas não se encaixam nas preferências dos alunos. Enquanto as crianças apontam a educação física, a matemática e o português, como as aulas de maior aceitação, os professores indicam a produção de textos, a leitura de histórias e palavras cruzadas, como as atividades que mais gostam de “trabalhar”. Note-se que a preferência dos docentes recai sobre as estratégias de ensino e não sobre as matérias ou conteúdos. Isso demonstra certa indefinição no estabelecimento do que seja conteúdo e estratégia.

Manter os alunos em atividade parece ser um caminho bastante eficiente para a manutenção de certa disciplina em sala de aula e realmente é. Isso, no entanto, vem demonstrar que o professor de hoje precisa manter os alunos “ativos” para conseguir levar a aula a bom termo. O fazer ocupa espaço maior que o saber e a reflexão. Deduz-se desse fato que o trabalho docente precisa ser repensado. É necessário captar sua verdadeira função, para que o professor não se transforme em um mero “capataz” em sala de aula.

Acrescenta-se, em nossas reflexões, a notória falta de ânimo e de criatividade nas salas de aula (tanto do professor quanto do aluno), o que muito prejudica o interesse e a participação. Não se pode esquecer que é através da emoção, do estímulo e da pertinência nas formas de atuação que as coisas acontecem e emergem, oportunizando situações de aprendizagem completa. Morais (1991:71) aponta a falta de vida e de imaginação como um dos grandes obstáculos aos fins do ensino, quando diz: “Sem dúvida a compulsão repetitiva externa o comportamento do mamífero interior que permanece em nós, de vez que ela possibilita programações e o desenvolvimento de seus processamentos. Mas é importante para a construção prospectiva”.

O dia-a-dia da sala de aula que se tem presenciado corrobora a citação acima, quando evidencia as constantes e repetitivas atividades de cópia, ditado, análise gramatical, operações aritméticas, exercícios de sublinhar, preencher lacunas etc., tão sem significado para os alunos, e nos leva a concordar que as “conversas” e “gracinhas”

deles, em sala de aula, são as únicas válvulas de escape da monotonia reinante.

O conceito de indisciplina que ainda se encontra presente na maioria dos professores é o de provocação à autoridade do docente e, assim, é preciso ter os alunos ocupados o tempo todo ou, como afirma Wallon (*Apud* Rego, 1996:85), “buscam-se a tranqüilidade, o silêncio, a docilidade a passividade das crianças, de tal forma que não haja nelas nada que possa distrair dos exercícios passados pelo professor, nem fazer sombra a sua palavra”.

Aturdidos com o comportamento das crianças, os professores tentam sempre encontrar explicações por fontes externas, ou seja, os mal-educados e os desinteressados são sempre os alunos, e esse comportamento é geralmente atribuído ao comodismo dos pais. Nunca o problema é trazido para o que acontece no interior da sala de aula, onde o professor é figura importante e tem um papel a cumprir. As precárias condições de trabalho nas escolas públicas, o ânimo e a postura do professor também podem estar contribuindo para a acomodação e o indisciplinamento dos alunos.

Acredita-se oportuno lembrar que as características individuais (positivas ou negativas) vão sendo reforçadas mediante a qualidade das inter-relações vivenciadas por esses indivíduos com o meio social. Isso significa que, sendo a sala de aula (escola) parte desse meio social, ela também contribui, de alguma forma, para originar/consolidar/remodelar comportamentos. Pode estar, nessa constatação, o ponto de partida em que devem ser enquadradas as análises desses conflitos, nos quais o comportamento de um significativo número de alunos se tornou.

O que se constata também em sala de aula é que, para o professor, disciplina tem a ver com a habilidade de concentração no ato de estudar, de dedicação às atividades que estão sendo desenvolvidas. Parece que, para os docentes, a disciplina é algo funcional e deve existir espontaneamente, emergindo pelo próprio processo de trabalho pré-determinado por ele. A prática cotidiana, porém, tem demonstrado que não é bem assim.

Na verdade, ainda persiste o conceito de disciplina como um comportamento operacional padronizado. É possível notar que esse tipo de entendimento surge no século XIX⁵, quando a escola passa a receber grande contingente das massas populares e começa a desenvolver mecanismos e

instrumentos que garantam a organização escolar (entenda-se disciplina).

É preciso ter em conta que os tempos mudaram e é necessário que os professores se disponham a discutir em conjunto a questão da disciplina e, assim, tentar detectar os fatores intrínsecos⁶ que permeiam o “caos” em que certos comportamentos (alunos e professores) transformam a sala de aula.

Tentar ver a situação no interior de seu contexto sócio-histórico, inclusive a função da escola e do professor nos dias atuais, pode trazer à tona indícios que mostram os pontos nevrálgicos e as alterações que precisam ser incorporadas nas práticas pedagógicas atuais.

Quando se alerta para a necessidade de contextualizar historicamente a disciplina escolar, quer-se trazer para a discussão o quadro social de violências, de desajustes, de fraudes e de desrespeito aos direitos mais elementares do cidadão. Esses fatos estão paulatinamente incorporando-se ao pano de fundo dos conflitos entre professores e alunos, uma vez que fazem parte do cotidiano de todos, até porque a vida cotidiana de cada um não está à margem da história, mas no centro, na essência dessa construção.

Trazer para reflexão essa situação social, com o objetivo de reavaliar posturas, crenças e dogmas da escola, reconhecendo que a escola é co-responsável (tanto quanto a família) na formação do indivíduo, é condição imperativa para professores e dirigentes escolares.

Se, sabiamente, o professor exerce, por força de sua função, poder sobre os alunos, é necessário que esse poder se reverta positivamente em prol deles; caso contrário, esses dois personagens se transformarão em adversários, e a sala de aula em um local de tédio e humilhações para ambos.

Sabendo-se que a disciplina não é conseguida pela imposição de fatores externos como gritos, punições, trabalhos extras, etc., mas, sim, através de um trabalho de conquista, de valorização e de qualidade, compete a *todos os envolvidos* no trabalho escolar cooperar nos esforços despendidos para a consecução de tais objetivos.

Estabelecer, em conjunto, normas claras, objetivas e compreensíveis (pela pertinência) a todos pode ser um caminho, na tentativa de reverter o quadro de conflitos que ora existe.

Revestir a postura do professor com maior profissionalismo e competência, de modo que os alunos reconheçam nele um ponto de apoio, de amizade e segurança, também ajudaria. Não temos a

⁵ Foucault, M. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1987.

⁶ Giroux, M. *Teoria crítica e resistência em educação*. Petrópolis: Vozes, 1986.

menor dúvida de que situar historicamente a função e o desempenho de todos os envolvidos no trabalho escolar parece ser o melhor caminho, principalmente investindo na autoridade pessoal do professor.

Esta pesquisa, que teve como eixo condutor o interesse em detectar a influência da postura do professor nos comportamentos tidos como indisciplinados, e o confirma em boa parte, revelou também inúmeros outros aspectos em sala de aula que merecem ser analisados mais de perto, podendo inclusive estabelecer e contribuir para uma melhor compreensão da delicada relação aluno/professor.

Entre esses aspectos, podem ser citados: a afetividade professor/escola (nosso professor gosta da escola?); a relação conteúdo/professor (o professor domina o conteúdo que precisa ensinar?); a metodologia desenvolvida em sala de aula (domínio e aceitação pelo professor); o domínio da equipe técnico-administrativa sobre o professor; a auto-imagem do professor.

Como se pode perceber, a presente pesquisa não teve a pretensão de esgotar o tema, senão verificar se a postura do professor em sala de aula tem sua parcela de culpa nos comportamentos indesejáveis dos alunos.

Ficou evidenciado que, indiretamente, através de atividades e metodologias incapazes de estabelecer uma situação desafiadora de aprendizagem, os

professores parecem ter uma considerável participação no clima monótono e reiterativo que envolve as salas de aula, despertando, assim, comportamentos não-desejáveis e criando um clima desfavorável para o desenvolvimento da aprendizagem e da formação esperada.

Referências bibliográficas

- Foucault, M. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- Freitas, L. *A produção da ignorância na escola*. São Paulo: Cortez, 1989.
- Giroux, M. *Teoria crítica e resistência em educação*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- Groppa, J. *Diferença e preconceito na escola*. São Paulo: Summus, 1998.
- Morais, R. de. *Educação em tempos obscuros*. São Paulo: Cortez, 1991.
- Nóvoa, A. *Os professores e a sua formação*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.
- Perrenoud, P. *Práticas pedagógicas, profissão docente e formação*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1993.
- Rego, T.C.R. A indisciplina e o processo educativo: uma análise vygotskiana. In: Aquino, J.G. (org.). *Indisciplina na escola*. São Paulo: Summus, 1996, p. 83-101.
- Saviani, D. *Pedagogia histórico-crítica*. Campinas: Cortez, 1994.

Received on June 18, 1999.

Accepted on February 15, 2000.